



ISSN: 2447-3359

REVISTA DE GEOCIÊNCIAS DO NORDESTE

Northeast Geosciences Journal

v. 7, n° 1 (2021)

<https://doi.org/10.21680/2447-3359.2021v7n1ID23609>



GEOGRAFIA DAS ARQUITETURAS: VULNERABILIZAÇÃO EM (DES)AÇÃO

José Lidemberg de Sousa Lopes¹

¹Doutor em Geografia, Curso de Geografia do Campus V – Zumbi dos Palmares, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), União dos Palmares/AL, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1295-2124>

Email: lidemberg.lopes@uneal.edu.br

Resumo

O presente *paper* é um recorte de uma palestra que ocorreu no dia 8 de novembro de 2019 no I Simpósio de Redução do Risco de Desastre na Região Nordeste e II Workshop do Grupo de Pesquisa em Gerenciamento dos Riscos e Desastres Naturais, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no CERES, Campus de Caicó/RN. A palestra foi dividida em dois momentos. O primeiro ocorreu a explanação para o conhecimento das arquiteturas e o uso e abuso dos prédios antigos de cidades nordestinas como Rio Tinto no Estado da Paraíba; Aquiraz, Maranguape, Pacatuba e Icó no Ceará; Triunfo em Pernambuco; Oeiras no Piauí; Carolina no Maranhão e Caicó em terras potiguares. No segundo momento, tivemos um relato de experiência dos prédios antigos da cidade de União dos Palmares no Estado de Alagoas, onde se discutia a importância histórica, as vulnerabilidades, o uso e abuso dos mesmos. A palestra finalizou com uma proposta de criação de um corredor cultural para a Rua Correia de Oliveira, antiga Rua da Batata, logradouro esse que encontramos o maior número de edifícios arquitetônicos da cidade. Com isso, o discurso sobre patrimônio cultural, memória e turismo foram fundamentais para discussão final da palestra.

Palavras-chave: Patrimônio; Responsabilidade histórica; Cultura.

ARCHITECTURAL GEOGRAPHY: VULNERABILITY IN(DIS)ACTION

Abstract

This paper is an excerpt from a lecture that took place on November 8, 2019 at the 1st Symposium on Disaster Risk Reduction in the Brazilian Northeast Region and II Workshop of the Research Group on Risk Management and Natural Disasters, held at the Federal University of Rio Grande do Norte, at CERES, Campus of Caico/RN. The lecture was divided into two moments. The first was the explanation related to the knowledge of

architecture and the use and abuse of old buildings in Brazilian northeastern cities as Rio Tinto in the State of Paraíba; Aquiraz, Maranguape, Pacatuba and Icó in Ceará State; Triumph in Pernambuco; Oeiras in Piauí; Carolina in Maranhão and Caicó in Rio Grande do Norte State. In the second moment, we had an experience report about the old buildings in the city of União dos Palmares in the State of Alagoas, where the historical importance, the vulnerabilities, and the use and abuse of them were discussed. The lecture ended with a proposal to create a cultural corridor for Correia de Oliveira Street, formerly Rua da Batata, a road where we have found the largest number of architectural buildings in the city. Thus, the speech on cultural heritage, memory and tourism were fundamental for the final discussion.

Keywords: Heritage; Responsabilidade histórica; Culture.

GEOGRAFÍA DE ARQUITECTURAS: VULNERABILIZACIÓN (DES)LA ACCIÓN

Resumen

El presente *paper* es un extracto de una conferencia que tuvo lugar el 8 de noviembre de 2019 en el I Simposio sobre la Reducción del Riesgo de Desastres en la Región del Nordeste y el II Seminario del Grupo de Investigación en Gestión de Riesgos y Desastres, que tuvo lugar en la Universidad Federal do Rio Grande do Norte, en CERES, Campus de Caicó/RN. La conferencia se dividió en dos momentos. La primera fue la explicación para el conocimiento de las arquitecturas y el uso y abuso de los edificios antiguos del Nordeste de ciudades como Rio Tinto en el estado de Paraíba; Aquiraz, Maranguape, Pacatuba y Icó en Ceará; Triunfo en Pernambuco; Oeiras en Piauí; Carolina en Maranhão y Caicó en su antigua directora es la potiguares tierra. En el segundo momento, tuvimos un informe de la experiencia de los antiguos edificios de la ciudad de União dos Palmares, en el estado de Alagoas, donde discutieron la importancia histórica, las vulnerabilidades, el uso y abuso de la misma. A conferencia concluyó con una propuesta para la creación de un corredor cultural a la Rua Correia de Oliveira, antigua Rua de Batata, el patio que nos encontramos con el mayor número de edificios arquitectónicos de la ciudad. Con esto, el discurso sobre el patrimonio cultural, la memoria y el turismo fueron fundamentales para la discusión final de la conferencia.

Palabras-clave: Patrimonio; Responsabilidad histórica; La cultura.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é de responsabilidade de todos, seja pelo poder público ou pela comunidade em geral. Entretanto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão autárquico federal vinculado ao Ministério da Cultura (que recentemente foi transformado em Secretaria Especial da Cultura – Ministério da Cidadania) que responde pela preservação do Patrimônio Cultural do país. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do Brasil, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O patrimônio material, segundo o IPHAN, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo que são: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas (IPHAN, 2018).

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, Seção II da Cultura, reforça a garantia do pleno exercício dos direitos culturais e do acesso às fontes da cultura nacional. Com isso, a nossa Carta Magma fortalece o conceito de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação com as ferramentas concretas como o tombamento e inventário, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de **edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos (grifo nosso)**.

Nesse contexto, a presente palestra está imbricada em fazer uma viagem aos patrimônios edificados das cidades nordestinas e da rua Correia de Oliveira, conhecida como rua da Batata em União dos Palmares, no estado alagoano, tendo como o principal resultado da palestras propor um corredor cultural para esse logradouro. Como já foi supracitado anteriormente, o Livro do Tombo que será seguido para a proposta do trabalho será o Histórico. Os prédios para os moradores é considerado como o patrimônio cultural material que, segundo o conceito utilizado pelo IPHAN, engloba os conjuntos arquitetônicos:

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Entre os bens materiais brasileiros estão os conjuntos arquitetônicos de cidades como Ouro Preto (MG), Paraty (RJ), Olinda (PE) e São Luís (MA) ou paisagísticos, como Lençóis (BA), Serra do Curral (Belo Horizonte), Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (Bonito, MS) e o Corcovado (Rio de Janeiro) (BRASIL, 2018).

As inquietações para produzirmos esse palestra foram as mais diversas para a escolha da temática, pois percebemos que os prédios antigos estão sofrendo das mais diversas depredações (modificações em suas fachadas, pichações) deixando a paisagem secular e bucólica em vias da chamada “modernização”.

Para a construção da palestra foram trilhados caminhos de fundamental importância, que contribuam de forma indissociáveis para o enriquecimento da mesma. Dessa forma, torna-se indiscutível que nossa base teórica, no caso, a categoria

paisagem, traz consigo elementos norteadores para a construção de um conhecimento amplo, visando à melhoria (solução) de um problema, analisando questões para solução de uma hipótese. Assim fez-se necessária, a pesquisa *in loco*, através de entrevistas, fotografias, conversas (in)formais, sempre em busca de respostas para as nossas inquietações.

Tal palestra teve a motivação de compreender os obstáculos que, ao longo do caminho, nos foram apresentados. Para esse fim, buscamos auxílio nas diferentes fontes, levantamentos bibliográficos que foram realizados a partir de livros, artigos que tratam do referido tema, pesquisa documentais e, principalmente, a pesquisa de campo para a obtenção dos dados e imagens fotográficas sobre as características dos prédios residenciais e edifícios comerciais, quanto ao estilo arquitetônico e suas ocupações seja para continuar como moradias ou para visitas.

Partindo, de visitas e entrevistas, essas ferramentas metodológicas foram informadas aos ouvintes que estavam participando da palestra, os quais foram convidados a passearem pelas cidades nordestinas e conhecerem rua da Batata destacando os pontos que mais chamam atenção ao longo do espaço e tempo, desenvolveremos a presente análise.

2. BASES CONCEITUAIS: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E TURISMO

O estado alagoano é um museu vivo de arte popular, só basta nos remontar do filé do Pontal da barra ou até mesmo do saboroso sururu catado nas margens da lagoa do Mundaú, expressões típicas da terra de Deodoro, Graciliano, Maria Mariá e de Jorge de Lima, e tantos outros vultos que deixaram rastro de história imensurável.

De acordo com a Lei nº 7.285, de 30 de novembro de 2011, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural alagoano e dá outras providências. Em seu artigo 1º podemos analisar o que esse instrumento jurídico estabelece.

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Alagoano.

§ 1º O Registro se fará por meio do Livro de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas, nas seguintes categorias:

I – saberes, onde serão inscritos ofícios e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – fontes de expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e

IV – lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Sob a tutela do IPHAN, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

Sobre a memória geralmente essa questão nos remete a história que o sujeito carrega, e isso é válido para todos os portadores de vida, inclusive as residências, já que são os abrigos das famílias, ganhando, com isso, vida, e assim foi traçada esta pesquisa, pela memória vinda das edificações e o esquecimento que elas sofreram.

A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança. Alguns estudiosos julgaram que a memória seria um fato puramente biológico, isto é, um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e ideias, gestos e palavras. Para esses estudiosos, “a memória se reduziria, portanto, ao registro cerebral ou à gravação automática pelo cérebro de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos” (CHAUI, 2000, p. 161).

Mais que um processo biológico, a memória é uma construção social e afetiva que serve de suporte para a caracterização de uma sociedade, a qual, sem memória registrada, não possui em si a capacidade de produzir presente ou futuro, já que se precisa ter consciência sobre o passado para poder avançar no tempo como um organismo socialmente ativo.

A memória coletiva é um conjunto simbólico de lembranças sociais que identificam uma coletividade como tal. Está alicerçada nos indivíduos e, embora os fatos sociais sejam independentes de cada sujeito, é por meio de todos esses sujeitos que se pode constituir uma identidade social. Marilena Chauí diz o seguinte sobre a memória:

A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo e uma das obras mais significativas da literatura universal contemporânea é dedicada a ela: *Em busca do tempo perdido*, do escritor francês Marcel Proust (CHAUI, 2000, p. 158).

Nesse início de século existe uma busca frenética pelo não esquecimento de um passado recente, devendo-se ser considerado o largo número de dispositivos a serviço da multiplicação da memória, fazendo da memória coletiva, mesmo traumática ou decadente, uma temática para sua “mercantilização e espetacularização no cinema, museus, sites, livros de fotografias etc.” (HUYSEN, 2000).

É um processo lógico, afinal é preciso dar manutenção à máquina do conhecimento, e isso se faz através da produção e geração de divisas monetárias. Sobre as cidades, existem inúmeros meios de divulgação e propagação de notícias que reavivam os sentimentos coletivos por determinados elementos, e, assim, comunicadores e pesquisadores investem em diários e sítios eletrônicos, álbuns fotográficos via *web* e muitos outros meios articuladores de imagens e textos produzidos para evocar a memória coletiva,

Preservar algum tipo de patrimônio cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade de cidades, famílias, grupos étnicos etc. “Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos, como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais” (HAIGERT, 2005, p. 107 apud TOLEDO, 2010, p. 24).

A memória é também um patrimônio, é o referencial de elemento social de um determinado lugar, e, mesmo que seja de maneira diferente da original, a preservação do patrimônio por meio de uma atividade econômica, como o turismo, oportuniza a dinâmica e o exercício do olhar para a construção da memória e de uma identidade coletiva frente a um patrimônio, ou seja, aquilo que foi legado a um grupo social.

A Carta de Atenas, de 1931, já considerava como primordial a educação de jovens sobre o patrimônio:

A conferência, profundamente convencida de que a maior garantia de conservação dos monumentos e das obras de arte vem do afeto e do respeito do povo e considerando que estes sentimentos podem ser bastante favorecidos mediante uma atuação apropriada dos poderes públicos, expressa o desejo de que os educadores ponham todo seu empenho em habituar a infância e a juventude para que se abstenham de qualquer atuação que possa degradar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (IPHAN, 2018).

O convencimento da Conferência de Atenas em 1931 é justamente o de que não há produção de afeto sobre aquilo que não se conhece. É preciso, portanto, estimular o conhecimento e o reconhecimento dos patrimônios culturais que cercam uma sociedade, e isso se faz dentro das escolas e em interface com o poder público, detentor de arquivos, bibliotecas, museus e demais entidades que guardam a memória, ou seja, a herança patrimonial de um lugar.

Estimuladas à preservação, crianças e adolescentes tornam-se adultos preservacionistas e usuários dos bens patrimoniais do lugar onde vivem, e, com isso, defendem-nos das depredações externas e do desleixo do poder público que, dependendo da linha governamental, não se interessa pela questão do Patrimônio Cultural.

Sobre o Patrimônio Cultural é importante ressaltar que:

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Por este motivo é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos (PORTO MARAVILHA, 2018).

Tomando-se como base o discurso da redação sobre patrimônio cultural presente na Operação Urbana Consorciada de Porto Maravilha, supracitado, é que se legitima ainda mais a importância de uma rota turística temática, alicerçada em um conjunto de edificações, considerados como referências da história local.

A sociedade contemporânea com sua larga oportunidade de comunicação em rede é capaz de agendar o comportamento de consumo de diversos grupos, e tendo assim, a chance de transformar pequenas cidades e seus prédios sem importância mundial, em pequenos monumentos-símbolos, que por sua vez,

tornam-se destinos turísticos que proporcionam ao ser viajante uma experiência do/no passado.

Segundo a Organização Mundial do Turismo,

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992 *apud* BARRETO, 1995, p. 13).

Essa geração de “múltiplas inter-relações sociais, econômicas e culturais” que De La Torre (1992) aborda ao conceituar Turismo é que promove o consumo do lugar turistificado, ou seja, tornado turístico, e, com isso, consequentemente, vem a valorização do tema proposto pela motivação turística.

Aquilo que leva pessoas a algum lugar para consumir serviços e produtos gera na população local – que é beneficiada economicamente – um sentimento de pertença, de legitimação e incorporação da temática, como é o caso da Serra Gaúcha (por exemplo, Gramado), que incorporou a proposta turística do inverno, do frio, do chocolate e dos cafés coloniais, fazendo com que toda a população se envolvesse no tema e isso tivesse influência, inclusive, no Plano Diretor da cidade, não sendo permitida a construção de casas diferentes do estilo colonial alemão.

Kühl (2008) chama atenção sobre a relação daquilo que se considera monumento histórico com a memória coletiva:

Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às “grandes obras de arte”, como ocorria no passado, mas se volta também às obras “modestas” que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo “obras de arte”, são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação (KÜHL, 2008, p.18).

Com esta colocação, a autora mostra que pode-se fazer de edificações não tão fabulosas e tecnicamente importantes, em monumentos históricos, porque estes estão intrinsecamente absorvidos pela memória coletiva do lugar, e, com isto, apresentam representação simbólica sobre àquela sociedade, podendo assim, fazer destes “monumentos” espaços de visitação turística, do segmento de Turismo Cultural.

Segundo o Ministério do Turismo,

A definição de turismo cultural está relacionada à motivação do turista, especificamente de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao *conhecimento*, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visitação; a segunda corresponde a *experiências participativas, contemplativas e de entretenimento*, que ocorrem em função do objeto de visitação (MTUR, *online*).

O Turismo Cultural e Histórico vem atraindo cada vez mais os públicos doméstico e internacional, pois é um segmento que busca a autenticidade das coletividades. O desenvolvimento de projetos que buscam a preservação do patrimônio cultural é, sobretudo, a busca por uma sustentabilidade no setor, com a reprodução de um imaginário coletivo a partir de sua própria narrativa, e isso, para o mercado turístico, é fundamentalmente interessante, visto que aquilo que é autêntico, verdadeiro e ao mesmo tempo fantástico torna-se um caminho viável para a preservação com movimentação econômica.

E, considerando que

O turismo é a única atividade econômica em que o consumo do espaço constitui sua razão de ser. Para nenhuma outra atividade econômica, ainda, a porção visível do espaço geográfico – a paisagem – é tão relevante. Daí o significado da preservação do patrimônio natural e cultural do país para o turismo (CRUZ, 2002, p. 57).

Muito embora, teóricos do turismo, como Susana Gastal, consideram a segmentação um conceito arcaico e *démodé*, sendo o turista um indivíduo que consome os espaços como um todo, e experimenta um pouco de tudo que a cidade/território, oferece, não há, portanto mais o uso de turismo cultural, histórico, ou de qualquer outra motivação, mas sim, um turismo pós-moderno, híbrido e multifacetado.

Contudo, o mercado turístico movimenta cada vez mais pessoas e grupos para os interiores do Brasil, que buscam novas experiências, novas “culturas” a serem vivenciadas. A pressão turística e a globalização forçam as sociedades a idealizar quais são os seus valores que devem ser preservados. A importância dos lugares da memória como sítios turísticos, ou seja, museus, construções arquitetônicas, que são os identificadores da história do lugar, serão os elementos da memória coletiva escolhida para ser lembrada e consumida pelos visitantes que se deslocam por aquele lugar.

O Turismo impulsiona a exploração das características de identidade e as tradições locais, buscando os guardiões e os evocadores de memória para que a construção da imagem turística tenha compatibilidade com a memória coletiva do lugar. Isso acontece porque, com a globalização, as pessoas realizam mais os câmbios culturais, precisando, para isso, de uma simbologia que os represente e que possa ser trocada e passada para outros grupos sociais (CARVALHO, 2013, p. 39).

Antes que essa mesma globalização torne homogênea a memória da humanidade, as comunidades passam a valorizar suas culturas e tradições, tornando-se, assim, atrativas e lugares de interesse turístico, tanto de lazer quanto de pesquisa e negócios, pois através dessa valorização é possível tornar as características sociais mais nítidas àqueles que passam pelos lugares (*idem*).

Na Europa, pode-se interpretar o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido da sua própria continuidade. “A conservação se torna uma ‘questão urgente’ e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial prioritariamente percebido na perspectiva de sua perda” (JEUDY, 2005, p. 22).

As sociedades temem o esquecimento de sua história. Por isso, países com grande importância histórica e com conjuntos

patrimoniais expressivos, e mesmo países cuja tradição não seja milenar ou secular, todo país busca urgentemente preservar esses guardiões da memória coletiva para que não sejam simplesmente trocados por prédios mais pragmáticos e novos costumes, mas que sejam parte do contexto, que o antigo e o moderno consigam conviver harmoniosamente. Esse parece ser o grande desafio, posto que os territórios mais valiosos e disputados são sempre aqueles onde já existem edificações, e não os vaziosurbanos.

A memória dos lugares atrativos coloca o turista em uma posição em que é possível que ele consiga conviver com o diferente, pois os aspectos que tornam aquele lugar interessante para um turista estão no momento sendo valorizados, dando ao sujeito uma posição privilegiada no *status* social, como por exemplo um turista faz auto-retrato – popular *selfie* – com seu telefone móvel celular no Museu do Louvre, Paris, e o publica em uma de suas redes sociais, logo todos os seus amigos irão “curtir e compartilhar” aquele momento da sua vida, ao mesmo tempo em que irão perceber e legitimar não só a viagem, mas sobretudo a relevância cultural do roteiro escolhido pelo turista.

Como o Turismo é um ramo da economia e traz, com suas atividades, lucro para as localidades, pois há movimentação de capital com os diversos setores do mercado, é tendencioso tornar a memória tangível em produto de venda turística, ligando-se aos evocadores da memória. “Há ainda os elementos da publicidade e do marketing que um produto supervalorizado gera para um lugar turístico” (CARVALHO, 2013, p. 40).

Nesse contexto referencial proposto nesse capítulo é que nos propomos em estudar e analisar um logradouro do município alagoano de União dos Palmares. Tal pensamento e reflexão acerca de contribuir com os órgãos gestor municipal em implementar um corredor cultural para a população local e visitantes advindo de outros locais. Nesse contexto, casa bem a relação patrimônio, memória e turismo.

3. POTENCIALIDADES E DESAFIOS NO CONTEXTO ALAGOANO: A RUA CORREIA DE OLIVEIRA OU DA BATATA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES - AL

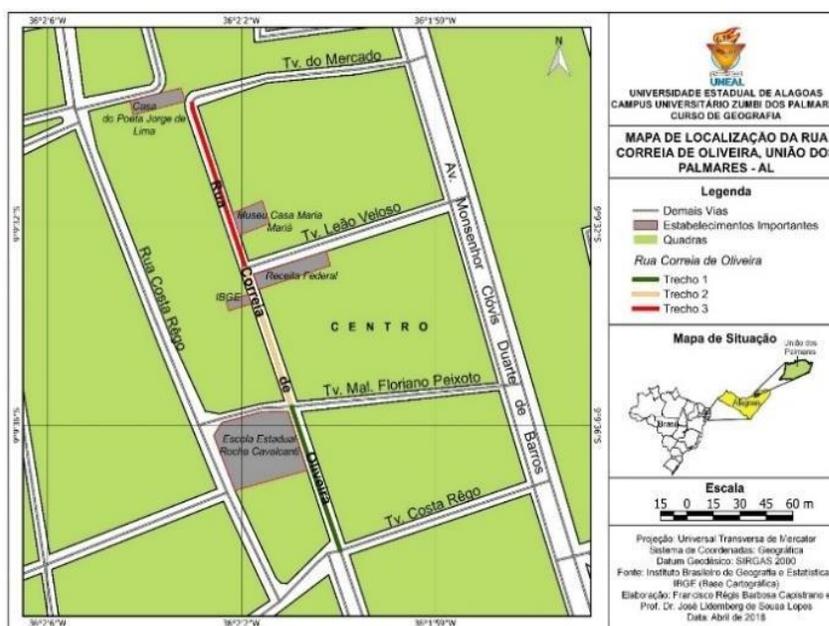
A rua Correia de Oliveira e conhecido como rua da Batata, devido ser o local de rota dos antigos moradores do município e transeuntes que circulavam pela mesma. Na Praça Basiliano Sarmento foi o local que surgiu as primeiras vendas de batata, mandioca e inhame, isto é, foi nessa confluência da rua que surge a feira de União dos Palmares.

3.1. Localização, tipologia e infraestrutura urbana da rua Correia de Oliveira, antiga rua da Batata

A cidade de União dos Palmares fica inserida na Mesorregião do Leste Alagoano, mais precisamente na Microrregião Serrana dos Quilombos, formada por mais seis municípios: Chã Preta, Ibateguara, São José da Laje, Pindoba, Santana do Mundaú e Viçosa. Com cerca de 420,660 km² (IBGE, 2010).

Conforme o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município conta com uma população de 62.358 habitantes, sendo 30.171 do sexo masculino e 32.187 do sexo feminino.

O objeto de estudo a rua Correia de Oliveira, encontra-se localizado no bairro Centro, conhecido também por bairro do comércio, que é delimitado por um quadrilátero formado pela Av. Monsenhor Clóvis Duarte, pela rua Tavares Bastos, rua Dr. Antônio Arecipo e a travessa Santa Maria Madalen, conforme Mapa 1.



Mapa 1 - Localização da rua Correia de Oliveira em União dos Palmares, AL. Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Para melhor situar o objeto de estudo deste trabalho, dividimos a rua Correia de Oliveira, por trechos, onde a mesma tem como paralelas as travessas Costa Rêgo, Marechal Floriano Peixoto, Leão Veloso e a do Mercado, vias estreitas, entretanto de grande importância para a cidade em termos de circulação de pessoas e serviços públicos e privados.

3.2. Trecho 1

O trecho 1, apresenta um traçado ortogonal, isto é, quarteirões retangulares formados por ruas estreitas e paralelas entre si, sendo suas principais se confluindo em uma área final de baixada (leito de rio) ou de altimetria, no caso da rua em destaque, o ponto final da mesma é na Praça Basiliano Sarmiento. As edificações não possuem afastamento frontal nem lateral, o que torna as calçadas estreitas e com ausência de arborização, herança evidente da cidade medieval portuguesa.

Algumas edificações nesse trecho é estilo da arquitetura predominante eclético, com predomínio de linhas neoclássicas, proveniente dos tempos áureos da comercialização do algodão. Uma arquitetura que apresenta cornijas e platibandas ricamente ornamentadas, não só exercendo a função de esconder os telhados de telhas de barro como também para embelezar ainda mais a edificação, típico da arquitetura do final do século XIX e início do século XX, exemplo claro temo a Escola Estadual Rocha Cavalcanti (Figura 1).



Figura 1 - Escola Estadual Rocha Cavalcanti de estilo neoclássico. Fonte: autor (2019).

3.3. Trecho 2

Nesse trecho a área de abrangência apresenta uma estrutura mista, com algumas subáreas apresentando traçado neocolonial, rua estreita, e outras subáreas apresentando travessas com traçado mais moderno considerada um importantíssimo corredor viário da cidade, onde estão localizadas grandes prestadoras de serviços e onde se concentra um número de edificações como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rotary Clube e a Receita Federal. Além de casas com fachadas exuberantes,

entretanto, sem preservação alguma, nos fazendo refletir a melhor maneira de conservá-la (Figura 2).



Figura 2 - Estilos de residências com fachadas sem modificações na rua Correia de Oliveira, União dos Palmares. Fonte: autor, (2019).

3.4. Trecho 3

Esse trecho, é o que mais apresenta equipamentos de utilidade mista, seja na parte cultural (onde se localiza a Casa-Museu Maria Mariá (Figura 3) e a Casa do Poeta Jorge de Lima (Figura 4), e a Casa das 7 Portas (Figura 5)); seja para fins comerciais (cartórios, lojas, academias).



Figura 3 - Casa da Profa. Maria Mariá de Castro Sarmiento, hoje Casa-Museu para visitação. Fonte: autor, (2019).



Figura 4 – Casa do Poeta Jorge de Lima. Fonte: autor, (2019).



Figura 5 – Casa – Comércio das 7 Portas. Fonte: autor, (2019).

O estudo de uso e ocupação de solo permite conhecermos melhor o espaço da cidade bem como de que maneira se dá o desenvolvimento da mesma. É através desse estudo que percebemos as características de cada área da cidade, como tipologia da ocupação, o padrão das edificações, os tipos de usos predominantes (residencial, industrial, comércio, serviços etc), permitindo a elaboração de políticas de desenvolvimento para a cidade.

Nesse sentido, devido a observação dos patrimônios e sua deterioração ao longo do tempo é que a proposta de um corredor cultural será de grande importância para os moradores da rua, e mais ainda para a população de União dos Palmares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PALESTRA

O palestrante no final do diálogo com o público, sugeriu que a rua da Batata se transformasse em um corredor cultural para a cidade de União dos Palmares, AL.

4.1. Propostas do corredor cultural para a rua Correia de Oliveira ou rua da Batata em União dos Palmares Alagoas

O palestrante indicou algumas ferramentas metodológicas para iniciar a proposta do corredor cultural. O mesmo propôs aplicação de entrevista, questionário e visita de campo, como metodologia. Outras sugestões foram elencadas como propostas alternativas para a rua, tais como: 1. retirada dos postes de iluminação para livrar a calçada e propor uma melhor circulação, ficando a iluminação pública em arandelas colocadas nas fachadas das casas. 2. padronização as placas publicitária e toldos; colocação de lixeiras. Assim como a proposta de revitalização e restauração (quando necessária) para edificações presentes ao longo da via, com a intenção de revitalizar e aumentar o potencial turístico da rua.

Com esse pequeno gesto desta palestra, espera-se que os órgãos municipais se engajem para que essa rua que é de fundamental importância para a cidade venha a ser revitalizada.

5. REFERÊNCIAS

- BARRETO, Margaritta. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Turismo).
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de fev. 2018.
- _____. Governo Federal. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em: 21 de fev. 2018.
- CARVALHO, Fernanda R. T. *Rota do ouro: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através de seu patrimônio arquitetônico urbano*. 2013. 88f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ufsm, Santa Maria, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. 3ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Turismo).
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE CIDADES, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=270300>. Acesso em 07 de fev. de 2016.
- IPHAN. *Carta de Atenas*. Governo Federal. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 09 fev. 2018.

_____. Patrimônio Material. [online] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em 09 fev. 2018.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. *Patrimônio Cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

JEUDY, Henri-Pierre. *O Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MTUR. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2018.

PROJETO PORTO MARAVILHA. Disponível em: <http://www.portomaravilhario.com.br>. Acesso em: 21 fev. 2018.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *A Pesquisa Arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identidade local*. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ufsm, Santa Maria, 2010.

6. AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Saulo Roberto de Oliveira Vital e aos pesquisadores que fazem parte do GENAT pelo convite para participar desse evento de cunho importacional para o conhecimento dos eventos extremos e perspectiva de análise para o NEB.